

**Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2014

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Diretores da  
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.  
Rio de Janeiro RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de março (data da constituição) a 31 de dezembro de 2014, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de março (data da constituição) a 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-F-RJ

Vânia Andrade de Souza  
Contadora CRC RJ-057497/O-2

## Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

(Em Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2014</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	98.961	Fornecedores	10	4.431.236
Títulos e valores mobiliários	6	6.894.647	Salários e encargos sociais	11	730.940
Impostos a recuperar		135.228	Impostos a recolher		38.342
Adiantamento a funcionários		88.059	Provisão aluguel administrativo		<u>250.000</u>
Despesas antecipadas	7	<u>1.782.723</u>	Total do passivo circulante		<u>5.450.518</u>
Total do ativo circulante		<u>8.999.618</u>			
			Impostos diferidos	12	<u>133.752</u>
Ativo financeiro indenizável	8	20.764.764	Total do passivo não circulante		<u>133.752</u>
Imobilizado	9	<u>156.167</u>			
Total do ativo não circulante		<u>20.920.931</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	13	
			Capital social	13.a	25.001.000
			Prejuízo acumulado		<u>(664.721)</u>
			Total do patrimônio líquido		<u>24.336.279</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>29.920.549</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>29.920.549</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**

### **Demonstração do resultado do período de 20 de março a 31 de dezembro de 2014**

*(Em Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de construção	14	20.330.198
Custo de construção	14	<u>(20.330.198)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>		<u>-</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
Pessoal	15	(1.343.053)
Material		(27.150)
Serviços de terceiros		(284.953)
Arrendamentos e aluguéis		(125.000)
Despesas gerais e administrativas		(9.234)
Depreciação		<u>(11.442)</u>
<b>Lucro bruto</b>		(1.800.832)
<b>Receitas financeiras</b>	16	
Receitas de aplicações financeiras		854.101
Rendimentos sobre ativos financeiros		434.566
<b>Despesas financeiras</b>	16	
Outras despesas financeiras		<u>(18.804)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	16	<u>1.269.863</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		(530.969)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	<u>(133.752)</u>
<b>Prejuízo do período</b>		<u><u>(664.721)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**

### **Demonstração do resultado abrangente do período de 20 de março a 31 de dezembro de 2014**

*(Em Reais)*

	<b>31/12/2014</b>
<b>Prejuízo do período</b>	(664.721)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<u><u>(664.721)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**

### **Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de dezembro de 2014**

*(Em Reais)*

	Nota	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldo em 20 de março de 2014 (constituição)</b>		1.000	-	1.000
Aumento de capital	13.a	25.000.000	-	25.000.000
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>(664.721)</u>	<u>(664.721)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		<u>25.001.000</u>	<u>(664.721)</u>	<u>24.336.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

### Demonstração do fluxo de caixa do período de 20 de março a 31 de dezembro de 2014

(Em Reais)

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>31/12/2014</b>
Prejuízo do período	<u>(664.721)</u>
<b>Ajustes por:</b>	
Depreciação	11.442
Rendimentos sobre ativos financeiros	(434.566)
<b>Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>3.578.260</b>
Impostos a recuperar	(135.228)
Adiantamento a funcionários	(88.059)
Despesas antecipadas	(1.782.723)
Fornecedores	4.431.236
Salários e encargos	730.940
Impostos a recolher	38.342
Provisão aluguel administrativo	250.000
Impostos diferidos	133.752
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b><u>2.490.415</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	
Títulos e valores mobiliários	(6.894.647)
Ativo financeiro indenizável	(20.330.198)
Ativo imobilizado	(167.609)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b><u>(27.392.454)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
Integralização de capital	<u>25.001.000</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b><u>25.001.000</u></b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u><u>98.961</u></u></b>
<b>Demonstrações do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	
No início do período	-
No fim do período	98.961
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u><u>98.961</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“BMTE” ou “Sociedade”) sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 1201 - Centro - RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase pré-operacional.

A BMTE foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “State Grid”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”) com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 011/2013 (“Leilão”).

#### **1.1 Da concessão**

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) (“Projeto”).

O Projeto prevê a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais.

O prazo de construção é de até 46 meses a partir da assinatura do contrato de concessão (assinado em 16 de junho de 2014), devendo entrar em operação comercial em fevereiro de 2018. A realização de tais empreendimentos demandará investimentos superiores a R\$ 5 bilhões (valores nominais) e assegurará à BMTE uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 434 milhões por ano (data-base de outubro de 2013).

#### **1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)**

A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar, a partir de 2 de outubro de 2014, no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às autoridades governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 7 de outubro de 2014.

#### **1.3 Questões ambientais**

A Licença Prévia e a Licença de Instalação estão previstas para serem emitidas em abril de 2015 e junho de 2015, respectivamente.

## **2 Base de preparação e apresentação**

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pela Administração em 6 de março de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Sociedade para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados em Reais, exceto quando indicado de outra forma

## **4 Principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade estão descritas a seguir:

### **4.1 Receita operacional**

A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

#### **4.1.1 Receita de concessão**

##### **a. Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (ICPC 01 (R1)) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

##### **b. Receita financeira de concessão**

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente por meio da RAP.

#### **4.1.2 Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

## **4.2 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

### **a. Ativos financeiros não derivativos**

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e títulos e valores mobiliários. São classificados recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### **b. Passivos financeiros não derivativos**

Os principais passivos financeiros reconhecidos são fornecedores. Esses passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, monetários e/ou cambiais, incorridos até a data dos balanços também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

### **c. Ativos e passivos financeiros derivativos**

A Sociedade não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

## **4.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **4.4 Ativo financeiro indenizável**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Sociedade entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável excede o seu valor recuperável.

A Sociedade reconhece contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos, considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura, que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Sociedade.

O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas são reajustados anualmente pelo IPCA.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis e, portanto, são inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

#### **4.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

A Administração da Sociedade revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Sociedade para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

#### **4.6 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

#### **4.7 Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2014, a Sociedade optou pelo regime de tributação do lucro real com estimativa mensal, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada por meio da aplicação do percentual de 15%, considerando-se o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%, respectivamente, cuja base de cálculo para a apuração do IR e da CSLL é o lucro antes dos impostos.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### **4.7.1 Lei nº 12.973/2014**

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”). Embora a MP 627 tenha entrado em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

A referida Medida Provisória foi convertida em Lei em Maio de 2014. Após avaliação feita internamente, a Administração ratifica seu entendimento de que não há indicações de efeitos materiais nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

A Administração decidiu por não fazer a adoção antecipada das disposições contidas nos artigos 1º e 2º e 4º a 70 e 76 a 92, e formalizará sua adoção quando da entrega da DCTF de dezembro de 2014, que ocorrerá no mês de fevereiro de 2015, em conformidade com a Instrução Normativa 1.499 de 15 de outubro de 2014.

#### **4.7.2 Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

#### **4.8 Demonstração dos fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

#### **4.9 Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e no ICPC 08, que determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante.

#### **4.10 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

##### ***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

O IFRS 9, publicado em julho de 2014, substitui a orientação existente da IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e os novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Também leva adiante a orientação sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

## **5 Caixa e equivalentes de caixa**

**31/12/2014**

Bancos 98.961

## **6 Títulos e valores mobiliários**

**31/12/2014**

CDB Banco Santander 6.894.647

Referem-se a aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à taxa de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com vencimento em 23 de junho de 2015. Essas aplicações renderam receita financeira no período no montante total de R\$ 302.820.

## **7 Despesas antecipadas**

Refere-se ao valor do pagamento da apólice de seguro garantia da construção no valor total de R\$ 1.782.723 assumida no contrato de concessão oriundo do Edital de Leilão nº 11/2013 - ANEEL o qual será amortizado pelo período da construção da linha de transmissão.

## **8 Ativo financeiro indenizável**

**31/12/2014**

Gestão ambiental	3.908.809
Engenharia	1.451.906
Máquinas e equipamentos	6.577
Móveis e utensílios	63.700
Pessoal	1.176.230
Materiais	10.578
Serviços de terceiros (a)	9.232.900
Arrendamentos e aluguéis	362.608
Seguros	249.344
Indenizações nas servidões	30.000
Adiantamento a fornecedores	3.837.546
Rendimentos sobre ativo financeiro	<u>434.566</u>
<b>Total</b>	<u><b>20.764.764</b></u>

(a) Refere-se principalmente à estudos e projetos realizados para a construção da linha de transmissão.

## 9 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Software	Total
<b>Saldo em 20 de março de 2014</b>	-	-	-
(+) Adições	63.550	104.059	167.609
(-) Depreciação	<u>(4.063)</u>	<u>(7.379)</u>	<u>(11.442)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>59.487</u>	<u>96.680</u>	<u>156.167</u>

O período de vida útil destes ativos é de cinco anos, à taxa de 20% a.a., e a primeira parcela da depreciação foi calculada no mês subsequente ao da aquisição do bem.

## 10 Fornecedores

	<b>31/12/2014</b>
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	568.402
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	2.020.254
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	1.417.518
Cemig Geração e Transmissão	327.598
Copel Geração e Transmissão S.A	45.519
Outros	<u>51.945</u>
<b>Total</b>	<u>4.431.236</u>

De acordo com a décima primeira subcláusula do contrato de concessão nº 014/2014 - ANEEL datado de 16 de junho de 2014, a Sociedade deverá ressarcir as empresas acima pelos custos incorridos no desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia e na elaboração dos relatórios ambientais das instalações da linha de transmissão no valor total de R\$ 8.164.530. Até 31 de dezembro de 2014, a Sociedade havia pago o montante de R\$ 3.959.180 devidamente atualizado pelo IPCA. Os valores acima estão representados pelo montantes originais conforme o contrato de concessão.

## 11 Salários e encargos sociais

	<b>31/12/2014</b>
Salários e ordenados	124.754
FGTS a recolher	33.827
INSS a recolher	230.449
Imposto de renda retido na fonte a recolher	176.200
Férias e 13º salário	118.533
Encargos sobre férias e 13º salário	<u>47.177</u>
<b>Total</b>	<u>730.940</u>

As contribuições sociais e os impostos retidos dos funcionários são recolhidos no mês subsequente, de acordo com o calendário fiscal.

Os valores a recolher referentes ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) representam a contribuição a ser recolhida para o INSS, a parte descontada dos funcionários e a parte da Sociedade.



## 12 Impostos diferidos

	31/12/2014
Imposto de renda	94.641
Contribuição social	<u>39.111</u>
<b>Total</b>	<u><u>133.752</u></u>

Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre os rendimentos do ativo financeiro no montante acumulado de R\$ 434.566 até 31 de dezembro de 2014 que serão realizados no final da concessão.

## 13 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 20 de março de 2014, por meio de Assembleia Geral, foi aprovada a constituição da sociedade anônima de capital fechado, com a emissão de 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1 cada, subscritas e integralizadas, distribuídas aos sócios de forma proporcional à participação de cada um no capital social, totalizando o valor de R\$ 1.000,00.

Em 11 de junho de 2014, na Quarta Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 25.000.000, mediante a emissão de 25.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional à participação de cada um no capital social, passando o capital social de R\$ 1.000, para R\$ 25.001.000.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 25.001.000, dividido em 25.001.000 ações ordinárias, nominativas, subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, na proporção de 51%, 24,5% e 24,5%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<b>Capital social</b>
State Grid Brazil Holding S.A.	R\$ 12.750.510
Furnas Centrais Elétricas S.A.	R\$ 6.125.245
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	<u>R\$ 6.125.245</u>
<b>Total</b>	<u><u>R\$ 25.001.000</u></u>

### b. Reserva legal

A reserva legal será constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

**c. Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**14 Receita e custo de construção**

Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A Sociedade entende que não há margem de lucro durante o período de construção e portanto, a receita e custo e construção se equivalem. Segue composição da receita e do custo de construção do período:

	<b>31/12/2014</b>
Gestão ambiental	3.908.809
Engenharia	1.451.906
Máquinas e equipamentos	6.577
Móveis e utensílios	63.700
Pessoal	1.176.230
Materiais	10.578
Serviços de terceiros	9.232.900
Arrendamentos e aluguéis	362.608
Seguros	249.344
Indenizações nas servidões	30.000
Adiantamento a fornecedores	<u>3.837.546</u>
<b>Total</b>	<u><u>20.330.198</u></u>

**15 Despesas de pessoal**

	<b>31/12/2014</b>
Empregados	(398.590)
Férias e 13º salário	(85.188)
Remuneração do pessoal-chave da administração	(345.333)
INSS	(222.885)
FGTS	(38.459)
Alimentação	(63.823)
Vale transporte	(3.622)
Recrutamento e seleção	(160.660)
Outros	<u>(24.493)</u>
<b>Total</b>	<u><u>(1.343.053)</u></u>

**16 Resultado financeiro**

Referem-se a receitas sobre aplicações financeiras e ativos financeiros e despesas com tarifas bancárias, juros e multas.

O saldo está composto conforme segue abaixo:

	31/12/2014
<b>Receita financeira</b>	
Receita sobre aplicação financeira	854.101
Rendimento sobre ativo financeiro	434.566
	<u>1.288.667</u>
<b>Despesa financeira</b>	
Tarifas bancárias	(1.299)
IOF	(1.380)
Juros e multas	(16.125)
	<u>(18.804)</u>
<b>Total</b>	<u><u>1.269.863</u></u>

## 17 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

### 17.1 Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas.

#### a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Sociedade tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Sociedade e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

#### b. *Riscos ambientais*

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

#### c. *Riscos de liquidez*

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira, caso houver.

## **17.2 Avaliação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1 e o ativo financeiro é classificado como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### ***Hierarquia do valor justo***

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

## **18 Compromissos**

A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão no montante total de R\$ 3.376.481.591,57. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura estão listadas abaixo:

Contratado	Objeto	Data
SEPCO 1	Construção Trecho 1 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 2 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 3 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 4 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 5 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 6 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 7 da LT	12/12/2014
Incomisa	Construção Trecho 8 da LT	11/02/2015
Brametal	Fornecimento de torres	16/12/2014
Electrovidro	Fornecimento de isoladores	23/12/2014
SAE Towers	Fornecimento de torres	06/01/2015
Siemens	Subestações conversora e inversora - HVDC	11/02/2015

## **19 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros para a BMTE com vencimento 13 de julho de 2018 era composta por garantia de indenização, até o valor fixado de R\$250.000.000,00, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador, referente às obrigações assumidas no Contrato de Concessão, oriundo do Edital de Leilão n.º 11/2013 - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado da Linha de Transmissão - Lote AB.

## **20 Eventos subsequentes**

Em 12 de janeiro de 2015, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da 1ª emissão pública da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. O vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de emissão.

Foram emitidas 403 (quatrocentas e três) Debêntures, sendo a primeira série composta por 203 (duzentas e três) debêntures e a segunda série composta por 200 (duzentas) debêntures, no montante total de R\$ 403.000.000,00.

Os acionistas serão fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

<b>Fiadora</b>	<b>Responsabilidade Máxima</b>
State Grid	51%
Eletrobrás	24,5%
Furnas	24,5%

\* \* \*

Marcos Freitas de Sousa  
Presidente

André Luiz dos Santos Mattos  
Diretor Financeiro

Newton Jordão Zerbini  
Diretor de Meio Ambiente

Armando Ribeiro de Araújo  
Diretor Técnico

Ronaldo Borges Andrade  
Contador  
CRC-RJ 051927/O-8